

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/18159	27144/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Proposta de Protocolo de Cooperação - Associação Just a Change		
Unidade Administrativa		
DPOT - DHRU [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Proposta de Protocolo de Cooperação - Associação Just a Change

À Reunião de Câmara para deliberação proposta de contrato de apoio financeiro com a Instituição Particular Solidarietà Social - Just a Change.

Anexos:

- 20260506_Minuta Contrato de Atribuição de Apoio Financeiro - Município Braga e IPSS - Just a Change - DHRU-2026-05-21
- INFORMAÇÃO 2026-14830 [Cabimentação]

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Minuta

CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO

Considerando que:

- A. A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, assumindo-se como um dos mais relevantes instrumentos de coesão social e inclusão, alicerce para a satisfação de necessidades básicas dos cidadãos, a partir do qual se constroem as condições que lhes permitam aceder aos demais direitos fundamentais, como a educação, saúde, a proteção social e o emprego;
- B. O Município reconhece a importância fundamental que as entidades privadas e o denominado Terceiro Setor podem desempenhar no âmbito social aos munícipes e agregados familiares com dificuldades no foro económico;
- C. O Município tem procurado desenvolver iniciativas que visam a resolução de situações onde se verifique ausência de condições de habitabilidade em residências permanentes de agregados familiares, residentes no concelho de Braga, com comprovada carência económica, promovendo assim a qualidade de vida das populações através de obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas que devolvem a estes domicílios condições de habitabilidade consideradas necessárias às famílias em causa;
- D. O Just a Change é uma instituição particular de solidariedade social (IPSS) constituída por iniciativa particular sob a forma de associação de direito privado, que visa a promoção da habitação condigna e a inclusão social e comunitária de famílias carenciadas;
- E. Nessa qualidade, o Just a Change encontra-se sujeito às regras previstas no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro (Estatuto das IPSS);
- F. Integrando o denominado Terceiro Setor e a Economia Social e tendo como propósito "*dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade*" (Cfr. artigo 1.º, n.º 1 do Estatuto das IPSS), as IPSS prosseguem finalidades que são incumbência do Estado, razão pela qual o referido Estatuto prevê a promoção de acordos de gestão ou de cooperação entre o Estado e as IPSS, de modo a apoiar a realização das suas atividades, mormente no âmbito da ação social (Cfr. artigo 4.º, n.ºs 1, 2 e 3 do mesmo diploma);



- G. As partes pretendem formalizar a cooperação para concretização de projetos de intervenção em habitações degradadas no concelho de Braga;
- H. Não obstante a sua não sujeição às regras da Parte II do Código dos Contratos Públicos, tendo em conta a natureza do presente Contrato ser-lhe-ão aplicáveis, sempre que necessário, as disposições previstas na Parte III do Código dos Contratos Públicos;
- I. Cabe aos municípios assegurar a prossecução das atribuições nos domínios da ação social e habitação que lhe são cometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alíneas h) e i) do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;
- J. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do RJAL;
- K. De acordo com o previsto na alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, o Município pode ainda *"apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município"*;
- L. De igual modo, o Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), no artigo F-1/2.º, estabelece que *"A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa, ambiental, juvenil, dos direitos humanos e de cidadania e desenvolvimento local"*.
- M. O artigo F-1/3.º, n.º 2, alínea a), do CRMB, determina que *"Os apoios financeiros podem ser materializados por meio de: Apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal"*.

Assim, entre:

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público número 506 901 173, com sede na Praça Municipal, da cidade de Braga, representado pelo João Rodrigues, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes legais para representação neste ato nos termos da alínea f), do n.º 2 e da alínea a), do n.º 1, ambos do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na qualidade de Primeiro Outorgante, doravante designado por **Primeiro Outorgante**.

E



ASSOCIAÇÃO JUST A CHANGE, instituição particular de solidariedade social, sob a forma de associação com o número de identificação de pessoa coletiva 509583148, com sede na Travessa da Luz, 4, freguesia de Carnide, concelho de Lisboa, neste ato devidamente representada pelo Diretor de Operações do Norte e Procurador da Direção, com poderes para o ato, **Eduardo Alvim Braga de Sousa Lopes**, doravante designado por **Segundo Outorgante**.

Nos termos da deliberação da Câmara Municipal de Braga de ___ de ____ de 2026, ao abrigo das alíneas o) e u), do nº 1 do artigo 33.º do RJAL, dos artigos F-1/2.º e F-1/3.º do CRMB e da alínea c), do n.º 4 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, é celebrado o presente Contrato, recíproca, livremente e de boa-fé, nos termos e sob as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

1. O presente Contrato tem por objeto a atribuição, pelo Município de Braga, de um apoio financeiro à JUST A CHANGE, destinado exclusivamente ao financiamento do programa de reabilitação de habitações de famílias em situação de carência habitacional identificadas no concelho de Braga, nos termos e condições previstos no presente instrumento.
2. O programa referido no número anterior consiste na realização de intervenções de reabilitação e melhoria das condições de habitabilidade em habitações de agregados familiares vulneráveis, mediante a mobilização de voluntários nacionais e internacionais e de uma estrutura profissional de coordenação técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante uma compartição financeira para prossecução do objeto constante da cláusula primeira, o montante de € 90.000,00 (noventa mil euros), de acordo com o seguinte cronograma financeiro:

- a) 1º Ano



- a. A primeira, no valor de € 20.000,00 (vinte mil euros), será realizada 30 dias após a definição dos beneficiários e respectivo orçamento;
 - b. A segunda, no valor de € 10.000,00 (dez mil euros), será realizado 30 dias após a entrega e validação do relatório final;
- b) 2º Ano
- a. A primeira, no valor de € 20.000,00 (vinte mil euros), será realizada 30 dias após a definição dos beneficiários e respectivo orçamento;
 - b. A segunda, no valor de € 10.000,00 (dez mil euros), será realizado 30 dias após a entrega e validação do relatório final;
- c) 3º Ano
- a. A primeira, no valor de € 20.000,00 (vinte mil euros), será realizada 30 dias após a definição dos beneficiários e respectivo orçamento;
 - b. A segunda, no valor de € 10.000,00 (dez mil euros), será realizado 30 dias após a entrega e validação do relatório final;
2. Em caso algum a comparticipação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do aumento das despesas havidas com a execução dos Projetos, a não ser que o presente Contrato seja objeto de alteração expressa pela mesma forma e sujeita à aprovação dos órgãos competentes do Primeiro Outorgante.
3. O Primeiro Outorgante, através do Gestor do Contrato, verifica e aprova a conformidade da aplicação do apoio nos termos exigidos no presente Contrato, através da entrega da respetiva documentação comprovativa da realização das despesas.
4. Caso se verifique a incorreta aplicação do apoio atribuído, na sequência da análise referida no ponto anterior, pelo Gestor do Contrato, o Primeiro Outorgante deverá exigir do Segundo Outorgante o respetivo reembolso, suspendendo qualquer outro pagamento.
5. O Primeiro Outorgante obriga-se, ainda, a:
- a) Identificar situações de famílias carenciadas em articulação com as Juntas de Freguesia e Instituições Locais que direta ou indiretamente trabalham com os destinatários deste Contrato;
 - b) Facultar, com a devida antecedência, a lista de casos sinalizados para intervenção do Segundo Outorgante, tendo em vista a sua seleção e priorização, de acordo com o previsto na estratégia local de habitação;



- c) Facultar ao Segundo Outorgante um relatório social de cada agregado familiar candidato às intervenções;
 - d) Facultar o apoio na execução de trabalhos, de acordo com a disponibilidade dos serviços, através das equipas da administração direta e disponibilização de maquinaria pesada, para a realização dos trabalhos de preparação que sejam necessários executar previamente às intervenções, tais como colocação de andaimes, abertura de fossas, ligação de água e remoção de entulhos já existentes;
 - e) Diligenciar o apoio logístico necessário à concretização de cada Projeto, de acordo com a disponibilidade dos serviços, nomeadamente através da disponibilização de um espaço para o armazenamento de material, apoio no transporte de material e gestão de resíduos gerados pelas intervenções, tais como colocação de andaimes, abertura de fossas, ligação de água e remoção de entulhos já existentes;
 - f) Disponibilizar ao Segundo Outorgante a informação urbanística que detenha sobre os imóveis objeto de intervenção;
 - g) Divulgar o Projeto através dos suportes de comunicação do Primeiro Outorgante junto da comunidade local do voluntariado, nomeadamente, difundindo as ações que vão ou estão a ser desenvolvidas pelo Segundo Outorgante no concelho de Braga.
6. Em caso algum, o Primeiro Outorgante comparticipará em indemnizações ou qualquer outro tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante, em virtude da concretização do objeto do presente Contrato.
7. Nenhuma outra obrigação pode ser imputada ao Primeiro Outorgante sem acordo escrito de ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. Para a prossecução do objeto do presente Contrato, o Segundo Outorgante obriga-se a:
 - a) Afetar a comparticipação financeira exclusivamente aos fins constantes da cláusula primeira;
 - b) Garantir que as despesas financiadas pelo Primeiro Outorgante não são objeto de duplo financiamento, proibindo expressamente a imputação das mesmas despesas a outros apoios públicos ou privados;



- c) Analisar toda a informação de carácter físico e técnico relativo a cada situação identificada;
- d) Visitar todas as habitações identificadas pelo Primeiro Outorgante, de acordo com o referido na alínea b), número 5 da cláusula segunda, e elaborar o respetivo orçamento produzindo toda a documentação relativa ao diagnóstico das habitações e outra informação importante para a seleção;
- e) Programar, coordenar, realizar e acompanhar as intervenções identificadas, através da mobilização dos seus voluntários e de uma estrutura profissional de coordenação;
- f) Orçar os custos de cada intervenção de reabilitação e comunicar atempadamente ao Primeiro Outorgante o respetivo orçamento, previamente ao início dos trabalhos;
- g) Definir e informar o Primeiro Outorgante da data de início e duração do período de intervenções deste projeto, com a antecedência necessária ao cumprimento das suas obrigações;
- h) Comunicar ao Primeiro Outorgante qualquer circunstância que altere o projeto de intervenção;
- i) Cumprir toda a legislação aplicável no âmbito da prossecução dos seus fins enquanto organização sem lucro económico, designadamente em matéria laboral, fiscal, de seguros de voluntariado e de segurança em obra.

2. Constituem, igualmente, obrigações do Segundo Outorgante:

- a) Entregar o relatório intercalar e o relatório final nos termos e prazos previstos no n.º 1 da cláusula quarta;
- b) Apresentar cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o objeto do Contrato;
- c) Aceitar o acompanhamento e controlo de execução do presente Contrato, por parte do Primeiro Outorgante, facultando-lhe para o efeito, quando tal lhe seja solicitado, todos os esclarecimentos;
- d) Orçar os custos de cada Intervenção de reabilitação e comunicar o respetivo orçamento atempadamente ao Primeiro Outorgante, passando a integrar, após aprovação e por referência, o presente Contrato, tomando a designação de Anexo I.

3. O incumprimento de qualquer das obrigações previstas no número anterior constitui fundamento de resolução do presente Contrato, sem prejuízo da obrigação de restituição das quantias entretanto recebidas.



CLÁUSULA QUARTA

(Prestação de Contas e Relatório Final)

1. O Segundo Outorgante obriga-se a prestar contas ao Primeiro Outorgante através dos seguintes instrumentos:
 - a) Relatório intercalar, identificando os beneficiários selecionados, bem como apresentação da intervenção a realizar e respectivo orçamento, a apresentar até ao final do 1º trimestre de cada ano;
 - b) Relatório final de execução técnica e financeira, a entregar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a conclusão de todas as intervenções, contendo: descrição detalhada das intervenções realizadas; identificação das habitações intervencionadas e caracterização das famílias beneficiárias (em respeito pelas normas de proteção de dados pessoais); discriminação das despesas realizadas com imputação ao apoio municipal; cópias das faturas e documentos comprovativos; avaliação dos resultados e do impacto social das intervenções; e lista dos voluntários mobilizados.
2. O Primeiro Outorgante reserva-se o direito de proceder a auditorias e verificações *in loco* sempre que o considere necessário.
3. A não apresentação do relatório final no prazo estabelecido constitui fundamento de resolução do contrato e de exigência de restituição do apoio financeiro, nos termos da cláusula décima terceira.

CLÁUSULA QUINTA

(Beneficiários)

1. Para efeitos de execução do presente Contrato, consideram-se beneficiárias as famílias carenciadas do concelho de Braga, que vivam em condições de precariedade habitacional e incapazes de adquirir ou recuperar, com recursos próprios ou recorrendo a financiamento bancário ou de terceiros, uma habitação a preços e condições normais de mercado, ou impossibilitadas de se candidatar de forma viável a programas habitacionais da responsabilidade das autarquias locais ou da administração central do Estado.
2. Para efeitos do presente Contrato, considera-se que cada projeto de recuperação habitacional do agregado familiar corresponde a um «Projeto de Intervenção» e cada intervenção de reabilitação aprovada uma «Intervenção».



CLÁUSULA SEXTA

(Seleção dos Beneficiários)

1. A seleção dos agregados familiares que venham a integrar os Projetos de Intervenção depende do pressuposto prévio da insuficiência económica dos candidatos, com base na informação social apresentada pelo Primeiro Outorgante, nos termos da alínea a), do n.º 5 da cláusula segunda do presente Contrato.
2. Na seleção dos agregados familiares a apoiar terão prioridade os que se encontrem social e economicamente mais desfavorecidos e em condições de habitação mais degradadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Execução, Coordenação e Direção dos Projetos de Intervenção)

1. A Coordenação e Direção dos Projetos de Intervenção fica a cargo do Segundo Outorgante, sendo da sua competência o exercício dos direitos e deveres inerentes a essa condição.
2. No âmbito de atuação do Segundo Outorgante, as Intervensões podem ser realizadas por:
 - a) Voluntários do Segundo Outorgante; e/ou
 - b) Técnicos contratados ou subcontratados pelo Segundo Outorgante ou cedidos por qualquer entidade singular ou coletiva que queira associar-se a cada Intervenção; e/ou
 - c) Colaboradores de empresas, no âmbito de programas de responsabilidade social corporativa enquadrados no âmbito de protocolos celebrados pelo Segundo Outorgante ou pelas Partes para o efeito.
3. O Município de Braga não assume qualquer responsabilidade pelas relações de natureza laboral estabelecidas pelo Segundo Outorgante com terceiros, no âmbito da execução do presente contrato, sendo aquele o único e exclusivo responsável pelo cumprimento de todas as obrigações daí decorrentes.

CLÁUSULA OITAVA

(Compromisso)

A celebração do presente Contrato tem por base a deliberação de autorização da Câmara Municipal de Braga, realizada a [...] de [...] de 2026, sendo que os encargos resultantes deste Contrato têm o número sequencial de compromisso [...] (despesas



correntes) e será satisfeito pelas dotações inscritas no Orçamento Municipal com a seguinte classificação: [...].

CLÁUSULA NONA

(Colaboração entre as partes)

As partes comprometem-se a assegurar uma estreita colaboração com vista ao mais correto acompanhamento do presente Contrato e em particular, a assegurar princípios de boa gestão financeira, bem como assegurar a prossecução do seu objeto, com vista à realização dos Projetos de Intervenção de interesse municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Acompanhamento, Controlo e Fiscalização)

O acompanhamento da execução do presente Contrato será efetuado por representantes designados por cada um dos outorgantes que assegurarão a articulação operacional necessária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Gestor do Contrato)

Para efeitos do disposto na presente norma e à semelhança dos termos do disposto no artigo 290.º- A do CCP, ficam designados como Gestores do Contrato e substitutos, em caso de impossibilidade ou impedimento do primeiro:

Primeiro Outorgante

Segundo Outorgante

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA



(Revisão do Contrato)

1. Os termos do presente Contrato podem ser revistos por reformulação das competências da Administração Local previstos na legislação em vigor na matéria ou por iniciativa de uma das partes contraentes, mediante acordo escrito entre as partes.
2. Quaisquer alterações, aditamentos ou exclusões ao mencionado no presente Contrato são efetuadas por escrito por adenda ao presente, passando a fazer parte integrante do mesmo, subscrita por ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Resolução e Restituição)

1. O presente Contrato pode ser resolvido pelo Primeiro Outorgante, mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, sem necessidade de qualquer indemnização, nas seguintes situações:
 - a) Incumprimento, pelo Segundo Outorgante, de qualquer das obrigações previstas no presente Contrato;
 - b) Aplicação do apoio financeiro a fins distintos dos previstos na cláusula primeira;
 - c) Prestação de informações falsas ou inexatas sobre a utilização do apoio financeiro;
 - d) Dissolução, insolvência ou cessação de atividade do Segundo Outorgante;
2. A resolução do Contrato implica a obrigação de restituição, pelo Segundo Outorgante, de todas as quantias recebidas ao abrigo do presente instrumento, acrescidas dos respetivos juros legais, contados desde a data do recebimento até à data da efetiva restituição.
3. O Segundo Outorgante pode resolver o presente Contrato mediante comunicação escrita ao Primeiro Outorgante com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo nesse caso devolver as quantias recebidas e não aplicadas ao objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Vigência e Rescisão do Contrato)

O presente Contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e tem a duração de três anos, salvo denúncia.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA **(Publicitação)**

1. Os Outorgantes comprometem-se a publicitar a existência do presente Contrato nos locais de realização das intervenções.
2. O Segundo Outorgante obriga-se a identificar o Município de Braga como entidade co-financiadora do programa em toda a comunicação, materiais e suportes relacionados com o projeto, utilizando o logótipo municipal nos termos acordados com o Primeiro Outorgante.
3. Os resultados e relatórios produzidos no âmbito do presente Contrato podem ser divulgados pelo Primeiro Outorgante para fins informativos e de transparência, respeitando a legislação sobre proteção de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA **(Comunicações)**

1. No âmbito de execução do presente Contrato, as informações e comunicações entre as partes são realizadas por via postal registada, considerando-se a comunicação realizada na data da sua receção.
2. Todas as comunicações relativas a este Contrato deverão ser dirigidas para as moradas acima identificadas comprometendo-se as partes, desde já, a comunicar qualquer alteração às mesmas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA **(Omissões)**

Os casos omissos ou dúvidas resultantes do presente clausulado serão resolvidos mediante acordo entre as duas partes, à luz do disposto neste Contrato e do disposto nas normas do Código Regulamentar do Município de Braga, bem como da demais legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA **(Legislação aplicável)**

1. O presente Contrato está sujeito aos princípios da legalidade, transparência, igualdade, proporcionalidade, boa gestão financeira e controlo da aplicação dos dinheiros públicos



2. A execução do presente Contrato é regulada pelo disposto no Código Regulamentar do Município do Braga, pelo Código dos Contratos Públicos, Código de Procedimento Administrativo e restante legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA **(Proteção de dados pessoais)**

1. As partes obrigam-se, durante a vigência do Contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril (RGPD) e à legislação nacional de proteção de dados aplicável, em particular, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
2. As partes comprometem-se a garantir a proteção dos dados pessoais, sendo cada parte responsável pelo tratamento de quaisquer dados pessoais, quer para o cumprimento das finalidades previstas no Contrato, quer para o cumprimento das finalidades que se revelem necessárias no âmbito da execução do mesmo, e ainda para o cumprimento de obrigações legais.
3. As partes devem aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar e poder comprovar que os tratamentos de dados pessoais que sejam necessários são realizados em conformidade com as obrigações de proteção de dados pessoais.
4. A Segunda Outorgante, na elaboração e envio para o Primeiro Outorgante dos relatórios necessários para aferição do cumprimento das obrigações referentes ao apoio financeiro prestado pelo Município do Braga, está vinculada ao cumprimento do «princípio da minimização dos dados», nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD, que determina que “os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados às finalidades para os quais são tratados”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA **(Litígios e Foro)**

Quaisquer litígios emergentes do presente Contrato, que não possam ser resolvidos amigavelmente, serão submetidos ao Tribunal Administrativo e Fiscal competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Assim o disseram e outorgaram em dois exemplares de igual conteúdo e valor, ficando cada um dos outorgantes na posse de um deles.





Braga, [dia] de [mês] de 2026.

Pelo **Primeiro Outorgante**,

Pelo **Segundo Outorgante**,



INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO E/OU CABIMENTO

Data: 25/05/2026

À proposta de submissão a reunião do órgão executivo, com o processo gestiona n.º **27144/2026**, foi assegurada a regularidade financeira da despesa através do:

N.º sequencial de cabimento: **101811, e compromisso N.º: 136357**

Declaro que a informação prestada coincide com os mapas de execução orçamental.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

